

realizaremos um Estudo de Casos Múltiplos, tal como proposto por Stake (1994), utilizando entrevistas. Para a avaliação dos dados obtidos através das entrevistas, as transcrições das mesmas serão submetidas a uma análise de discurso, tal como proposto por Bardin (1967). No momento seguinte, analisaremos caso a caso, as relações existentes entre as análises das entrevistas (2ª etapa da investigação) e as avaliações sobre a conjugalidade dos pais (1ª etapa da investigação).

#### **R078 Da solidão à solidariedade: grupos de familiares de pacientes idosos com demência**

*Vera Lúcia Decnop Coelho; Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Universidade de Brasília)*

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que exige atenção de diferentes setores da sociedade. O aumento do número de idosos no Brasil traz à comunidade científica e à Psicologia, em particular, inúmeros desafios. A investigação sobre esta etapa da vida humana é fundamental para a definição de estratégias de assistência à saúde e para uma velhice digna. O envelhecimento é frequentemente associado a doenças crônicas, físicas e mentais. Dentre essas, as demências constituem uma realidade na terceira idade, gerando limitações significativas na capacidade funcional e na qualidade de vida de pacientes. Parte-se do pressuposto de que as demências afetam não apenas o paciente, mas a toda sua família. Como parte da proposta de assistência multidisciplinar e de pesquisa do Centro de Medicina do Idoso do Hospital Universitário de Brasília, a equipe de Psicologia Clínica vem realizando, desde fevereiro de 2003, grupos com familiares e cuidadores de idosos com diagnóstico de demências, em especial, doença de Alzheimer. Os grupos têm um caráter breve e focal. Discutem-se temas sugeridos pelos participantes ou propostos pelas coordenadoras, que atuam como facilitadoras do encontro grupal. O relato de experiências é incentivado, contribuindo para a constituição de uma rede de apoio. Esposas (os) e filhas (os), familiares que tradicionalmente mais se responsabilizam pelo cuidado aos idosos, são os principais membros dos grupos. Netas (os) e irmãos estão presentes em menor número. Dentre os temas discutidos nos encontros destacam-se: a aceitação da doença como irreversível e debilitante; o lidar com comportamentos "estranhos" do (a) paciente; a morte em vida; mudanças na personalidade do (a) idoso (a); a sobrecarga e o rodízio dos familiares; o autocuidado e direitos do familiar. Nos grupos realizados a mulher se destaca como a grande responsável pela assistência ao (à) idoso (a) portador (a) de demência, seja enquanto familiar – esposa e filha, primordialmente – seja enquanto cuidadora remunerada. Nossa experiência mostra que conhecer a história de vida familiar em situações de demência nos permite melhor compreender as dificuldades e conflitos que os membros da família muitas vezes enfrentam. A dinâmica grupal favorece que os participantes superem a solidão e sobrecarga que tão comumente caracterizam o cuidado na velhice e na doença crônica. Ao longo dos encontros, os participantes gradativamente assumem seu potencial terapêutico, sendo, portanto, cuidadores e cuidados no grupo. As experiências compartilhadas tornam-se fonte de aprendizagem, qualificando os recursos pessoais para o enfrentamento do quadro demencial e de suas consequências.

## **COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Coordenação: SALVADOR A.M. SANDOVAL

Ana Raquel Rosas Torres (UCG)  
 Celso Zonta (UNESP-Bauru)  
 Cornelis Johannes Van Stralen (UFMG)  
 José Bastos da Costa (UFPB)  
 Leoncio Camino (UFPB)  
 Lucia Rabello de Castro (UFRJ)  
 Pedro H. Faria Campos (UCG)  
 Salvador A. M. Sandoval (PUC-SP)

#### **R079 Homossexualidade, união civil e adoção de crianças: uma análise a partir das normas sociais**

*Ana Raquel Rosas Torres; Luciene C. Falcão; Ana Carolina M. Ribeiro; Daniela C. de Faria (Universidade Católica de Goiás)*

No Brasil, adoção por casais homossexuais ainda encontra grandes empecilhos legais e, principalmente, sociais. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar as relações existentes entre as representações sociais sobre a homossexualidade e a união civil e a aceitação da adoção de crianças por casais homossexuais. Para tanto, 300 estudantes concluintes dos cursos de direito, psicologia e serviço social de uma universidade particular da cidade de Goiânia responderam a um questionário que investigava as representações sociais sobre união civil, homossexualidade (Lacerda e cols., 2002) e criação de filhos. A escolha desses cursos deveu-se ao fato que são esses profissionais que participam ativamente dos processos de adoção no Brasil. Os resultados indicam que os participantes que explicam a homossexualidade como não sendo nem distúrbio nem doença mas como sendo apenas parte da identidade do sujeito são aqueles que mais aceitam a adoção por casais homossexuais. As mulheres e os participantes que se declaram católicos também estão entre os participantes que não vêem problemas nesta adoção. Por outro lado, os participantes que explicaram a homossexualidade em termos de comportamentos imorais ou como sendo fruto de problemas sofridos na infância são aqueles que consideram errado a adoção por casais homossexuais. Finalmente, os resultados permitiriam classificar os estudantes em três grupos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos (Pettigrew & Meertens, 1995). O grupo mais representativo era composto por preconceituosos flagrantes, corroborando com o fato do Brasil apresentar índices muito elevados de discriminação contra homossexuais (Mott, 2003). Esses resultados são discutidos enfatizando a importância da inclusão de tópicos sobre a tolerância com as minorias sociais na educação da população.

#### **R080 Relações entre preferência partidária e voto – um estudo a partir da análise das representações sociais**

*Celso Zonta (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Bauru)*

Com o objetivo de analisar as relações existentes entre a simpatia partidária e escolha de candidato nas eleições Presidenciais do ano de 2002, foram entrevistados 422 sujeitos, divididos por cotas de sexo e idade, em 11 regiões

por homogeneidade sócio-econômica na cidade de Bauru. Buscou-se com este estudo, introduzir um novo conjunto de variáveis destinadas a explicar o comportamento eleitoral. Nossa hipótese é de que essas variáveis constituem dimensões do comportamento político – identificação, imagem dos candidatos, cenário, e necessidades imediatas – que orientam o eleitor na escolha e na rejeição de candidatos, bem como na identificação com o partido de sua preferência. Para descrever o conjunto de associações entre essas variáveis e a escolha eleitoral e demonstrar com isso a utilidade na explicação do voto, apresentamos resultados da pesquisa sobre o voto nas eleições presidenciais de 2002 na cidade de Bauru. Utilizamos a teoria das representações sociais como referencial teórico. Verificamos, através da análise de correspondência, estreitas relações entre a simpatia partidária, a identificação com o candidato, quer seja em termos de intenção de voto, como em termos dos elementos de imagem que compõe o personagem candidato. Verificamos ainda que o contexto local e nacional apresentam-se como variáveis importantes na definição das escolhas, bem como os aspectos de necessidades imediatas, criados a partir do histórico local da cidade.

#### **R081 A Psicologia Política como análise política da Psicologia.**

*Leoncio Camino (Universidade Federal da Paraíba)*

Do ponto de vista da Psicologia, nada parece mais legítimo, que a reivindicação de constituir o comportamento político, como um campo de estudo específico desta. De fato, nesta perspectiva, diversos conceitos psicológicos, seja motivacionais, seja cognitivos, tem sido utilizados para explicar o comportamento político do indivíduo. Têm-se levantado críticas a esta abordagem pelo individualismo e reducionismo implícitos. Uma outra perspectiva propõe-se iniciar a análise pelo fenômeno político e não pelos aspectos psicológicos. Deve-se ter em conta que todas as concepções do político fazem menção às relações de poder. Aliás, estas relações não se esgotam no confronto físico, pois sempre os confrontos possuem um aspecto simbólico. Poder-se-ia afirmar que as relações de poder não só se desenvolvem no nível simbólico, mas que elas também participam da construção do meio simbólico onde se desenvolvem todas as formas de relação social, particularmente as relações políticas. Se entendemos o poder não como uma abstração, mas como o marco referencial onde se desenvolvem nossas vidas, as relações de poder seriam a chave essencial para entender a construção de outros símbolos fundamentais nas relações sociais quotidianas. Pode-se analisar desde a psicologia política as relações amorosas, a arte, etc. Nesta perspectiva pode-se afirmar que a Psicologia Política converte-se numa análise política da própria construção da Psicologia.

#### **R082 Subjetivação política na infância e juventude**

*Lucia Rabello de Castro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

Esta proposta de trabalho investiga as subjetividades políticas no cenário urbano contemporâneo, enfocando especificamente a situação de crianças e jovens, que, em

virtude de sua posição estrutural de menoridade, têm seus espaços de ação, participação e decisão restringidos. Como atores sociais invisibilizados no viver coletivo do cenário urbano, crianças e jovens são, entretanto, os que mais serão afetados – em termos de tempo prospectivo de vida – por políticas públicas sobre as quais não têm ingerência. Entretanto, enquanto atores sociais capazes de ação, crianças e jovens devem se inserir de forma mais plena nos embates e decisões sobre os rumos de que “lugar” queremos fazer do mundo, que cidades queremos construir. Discutimos, portanto, a participação como condição precípua para a subjetivação política que não se outorga ao se atingir determinada idade, mas que se constrói pela ação permanente de atores sociais frente à pluralidade e à diferença. Que formas de ser, sentir e aprender de crianças e jovens são modelizadas pelas condições objetivas da metrópole? Que possibilidades identificatórias de crianças e jovens são forjadas numa cultura onde os investimentos afetivos parecem ser superficiais, pouco duradouros e fundados numa cultura cada vez mais *visual*? O objetivo é, com base em amplo trabalho empírico com jovens e crianças, aprofundar a discussão em torno de subjetividades políticas, como aquelas que, propensas à participação e à ação coletivamente organizada, se revelam pela capacidade de refletir – narrar, simbolizar – sobre sua própria experiência criando novos espaços de convivência, conflito e discussão. A política como qualidade desse espaço público estaria hoje desvitalizada não apenas como consequência do apelo ao privatismo e consumismo, ou pela indiferença e apatia que marcam as subjetividades contemporâneas, mas também como resultado de uma ordenação prévia e excludente de quem pode participar e como devem participar, em termos de quais canais estão legitimados para articular a política. Assim, os personagens da *cena política* se reproduzem numa paisagem sem emoções, sem criação e sem desafios onde só participam aqueles que estão qualificados por credenciais conferidas pela ordem jurídico-legal. Institucionalizaram-se, e simultaneamente, engessaram-se as formas de se fazer política, ou de se fazer sujeito politicamente atuante. As cidades contemporâneas propõem novas formas de aprendizagem para crianças e jovens no âmbito de uma cultura política que encerra o enfrentamento das diferenças, a convivência coletiva e as novas formas humanas hibridizadas à maquinização e à compressão de tempo e espaço. Constitui-se um desafio compreender as novas cartografias subjetivas que estão em curso nas grandes metrópoles do contemporâneo, principalmente as das crianças e jovens, para que se possa construir *com eles* novos sentidos de cidadania e política.

#### **R083 Representações sociais e o estudo das situações de exclusão**

*Pedro Humberto Faria Campos (Universidade Católica de Goiás)*

Certamente a exclusão social pode ser considerada uma das constâncias das sociedades modernas e seu estudo constitui um dos grandes desafios da psicologia política, na medida em que o problema da exclusão é central no estudo da cidadania prática. Para nós, a Teoria das Representações Sociais é uma perspectiva fundamental para compreensão

das relações entre modalidades de pensamento social e práticas sociais concretas. Uma definição mínima delimita as representações sociais como "sistemas sócio-cognitivos, funcionando no interior dos grupos e relativos a objetos sociais". Uma representação é um sistema cognitivo que age ao mesmo tempo tanto sobre os indivíduos que o elaboram como sobre a situação social na qual ela se insere. Esse sistema age sobre os indivíduos por meio de relações de significado. Uma representação dá significado a uma dada situação social, bem como aos comportamentos e condutas observados. As representações sociais funcionam como uma "rede" de significados (associados a objetos específicos) que tem por função a regulação das práticas e condutas dos grupos sociais: elas funcionam como verdadeiros "guias" de leitura da realidade para os indivíduos, conforme os grupos em que estão inseridos. Em nossos últimos trabalhos vimos desenvolvendo uma possibilidade metodológica e epistêmica de colocar em maior evidência a dimensão do conflito. Propomos então a noção de *Representação da Situação* ou de "sistemas representacionais" para o estudo de situações complexas envolvendo processos de exclusão/inclusão, onde um conjunto de representações e de práticas deve integrar os modelos de análise, que nos permitam uma melhor aproximação dos significados que os sujeitos reais atribuem às suas situações e práticas.

## CONTEXTOS SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS EVOLUTIVOS E CULTURAIS

Coordenação: LÍVIA MATHIAS SIMÃO

Alysson Massote Carvalho (UFMG)  
 José Moysés Alves (UFPA)  
 Lívia Mathias Simão (USP)  
 Maria Isabel Pedrosa (UFPE)  
 Maria Margarida Pereira Rodrigues (UFES)  
 Maria Thereza C. Coelho de Souza (USP)  
 Paulo de Salles Oliveira (USP)  
 Sérgio Antônio da Silva Leite (UNICAMP)  
 Vera Sílvia Raad Bussab (USP)

### R084 Brincar, ambiente educativo e desenvolvimento: um estudo correlacional

*Alysson Massote Carvalho; Maria Michelle Fernandes Alves; Lítian Valladão P. Dias; Helder Henrique (Universidade Federal de Minas Gerais)*

As propostas contemporâneas nas áreas de educação e saúde reconhecem o brincar como um elemento indispensável para envolver criativamente a criança no seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo descrever e analisar as relações existentes entre os ambientes da instituição educativa e o comportamento de brincar de seus educandos, tendo como referência o seu projeto pedagógico e a sua rotina diária de atividades. Foram sujeitos dessa investigação, 542 crianças

de ambos os sexos e da faixa etária de 3 a 6 anos, oriundas de seis instituições de educação infantil, e 10 educadores, sendo 5 professores e 5 coordenadores, de cinco instituições educativas. Os procedimentos envolveram a análise microgenética das filmagens de 542 crianças em situação de recreação livre, a avaliação dos projetos pedagógicos de 05 instituições e dos relatos de 10 educadores dessas instituições, utilizando-se da análise do discurso e de conteúdo. Os resultados da análise das filmagens indicaram haver um predomínio do brincar de faz-de-conta em todas as idades e gêneros, com particular ênfase no brincar de realidade. Foi observado também um equilíbrio na incidência do brincar solitário e do brincar pró-social, sendo que o brincar agonístico se apresentou de maneira menos freqüente, porém sendo bem característico das brincadeiras de fantasia. No tocante às entrevistas percebe-se uma preocupação, por parte dos coordenadores, em resgatar o brincar livre e espontâneo, como elemento importante para o desenvolvimento infantil. Quanto às instituições educativas, verificou-se uma acentuada defasagem entre a rotina escolar, o projeto pedagógico e as disposições legais e a literatura que respaldam o brincar. Esses resultados apontam para a necessidade de se repensar a organização do atendimento às crianças visando uma congruência entre as diretrizes propostas e a sua operacionalização, principalmente no tocante à atividade de brincar enquanto elemento importante para o desenvolvimento da criança e para a construção de novas relações e interações dela com o mundo.

### R085 As idéias de Vygotsky sobre o desenvolvimento da relação razão-afetividade

*José Moysés Alves (Universidade Federal do Pará)*

Após tratar, resumidamente, do tema das emoções nos primeiros trabalhos de Vygotsky, abordaremos algumas condições teóricas presentes na retomada do tema pelo autor, a partir de 1930, e, então, exploraremos suas idéias sobre a relação entre razão e afetividade em cada etapa do desenvolvimento. O tema das emoções trouxe Vygotsky das artes para a psicologia, motivou seus primeiros experimentos, a escolha do seu primeiro tópico de pesquisa e as críticas que ele fez às teorias psicológicas de sua época. O tema ficou secundarizado depois de 1926 e foi retomado a partir de 1930. Três condições teóricas foram importantes nessa retomada do tema: a crítica às teorias da emoção; a concepção de estrutura semântica e sistêmica da consciência e a ênfase na relação entre personalidade e contexto histórico cultural. Vygotsky criticava o dualismo presente nas teorias da emoção e a falta de uma perspectiva desenvolvimentista. Ele buscava uma concepção monista e desenvolvimentista que permitisse explicar a relação entre as emoções da criança e as do adulto. A explicação deveria ser histórico-social. A consciência social media as emoções, que mudam sua natureza, conforme as capacidades cognitivas se desenvolvem. Vygotsky fez uma autocritica, reconhecendo que o que muda no desenvolvimento não são as funções isoladas, mas as relações interfuncionais. Reconheceu que o signo tem significado, que o significado evolui e que é o responsável pelas mudanças nas relações interfuncionais. Vygotsky enfatizou a relação entre personalidade e contexto